

O PROGRAMA PARFOR NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR: TECENDO REALIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

O programa Parfor
no contexto do
ensino superior:
tecendo realidades,
desafios e perspectivas

João Carlos da Silva¹

¹Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel/Pr - Brasil

Resumo

O presente artigo discute o PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica Pública no âmbito do ensino superior, particularmente no interior da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Examina as condições de sua realização e sua contribuição para a melhoria da educação básica da região Oeste do Paraná. Valemo-nos de relatos dos coordenadores, diálogos com os professores-formadores, alunos e visita in loco mediante entrevistas semi-estruturadas. Ainda que exigindo uma avaliação permanente, em razão de ser um programa vigente, consideramos que tal iniciativa tem subsidiado novas ações e procedimentos nos cursos de graduação e pós-graduação, com avanços qualitativos na formação docente e na relação da universidade com a educação básica.

Palavras-chave: Parfor, ensino superior, educação básica

Abstract

This article discusses the PARFOR - National Plan for Teacher Training of Primary Public Education in higher education, particularly within the State University of West Paraná - UNIOESTE. Aims to analyze its implementation from 2010 to 2013 in

Educ. Foco,
Juiz de Fora,
v. 21, n.2, p.475-494,
maio/ago. 2016

Cascavel Campi , Toledo and Foz do Iguaçu, in the courses of First Degree in Pedagogy, Second Degree in Social Sciences, Philosophy and Biological Sciences and Teacher training course. We analyze the conditions for its realization and its contribution to the improvement of basic education in the western region of Paraná. We avail ourselves of Engineers reports, dialogues with teachers, trainers, students and site visit through semi - structured interviews. Although requiring a permanent assessment because of being a current program, we believe that this initiative has supported new actions and procedures in undergraduate and graduate, with qualitative advances in teacher training and the relationship of the university with basic education.

Keywords: Parfor, higher education, basic education

INTRODUÇÃO

A valorização da escola pública e da formação de professores têm se colocado como fator fundamental para a melhoria do sistema educacional brasileiro. Diante deste desafio, coloca-se a necessidade da formação consistente do professor para potencializar sua atuação em sala de aula. Neste cenário, o profissional da educação talvez seja o mais questionado na sociedade contemporânea. De portador do conhecimento e de cultura tem sido colocado em tensão permanente com os meios eletrônicos especialmente Blogs, Facebook, tablets e celulares. Muitas vezes esses meios tornam-se instrumentos de credibilidade, gozando de maior prestígio do que a escola.

É consenso entre especialistas da área que o grande desafio é investir na qualidade da Educação Básica de forma a garantir que a escola, em sua singularidade, seja um espaço em que, efetivamente, professores e alunos construam conhecimentos. Docentes da escola básica, por razões diversas, na necessidade de completar carga horária do contrato de trabalho, acabam atuam em disciplinas sem possuírem o domínio de conteúdos,

conceitos e metodologias relacionadas ao ato de ensinar e aprender. Possibilitar a formação para estes profissionais que já estão atuando, mais do que legitimar um trabalho que já está sendo desenvolvido, significa potencializar suas experiências.

Para Nóvoa (1997, p.26): “A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando.” Vygotsky, por sua vez sustenta que todo conhecimento é construído socialmente, no âmbito das relações humanas. Essa teoria tem por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico enfatizando o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento, sendo essa teoria considerada, histórico social.

No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a educação é vista como espaço de preparação da força de trabalho para atender as necessidades do capitalismo globalizado. Segundo Dalila Andrade de Oliveira (1998, p. 23): “As relações entre planejamento social e educação podem ser compreendidas nos vínculos entre desenvolvimento e educação”. As relações são estabelecidas a partir dos vínculos econômicos e da necessidade da formação de mão de obra especializada. Esse é o papel a ser desempenhado pelos países, segundo a concepção filosófica do capitalismo globalizado.

Outro princípio educativo é o do trabalho, intimamente atrelado ao da pesquisa, pois, entendemos como Gramsci (1989, p. 138-139) que “Deve-se convencer a muita gente que o estudo é também um trabalho, e muito fatigante, como um tirocínio particular próprio, não só muscular-nervoso, mas intelectual; é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e mesmo sofrimento

Neste prisma a formação inicial e continuada dos professores em exercício da rede pública de educação básica tem se colocado prioridade pelo Ministério da Educação que vem adotando estratégias diferenciadas capazes de oferecer dinâmica e eficiência ao processo de formação de professores. Como parte desse processo foi instituído o Plano Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, por meio do Decreto Federal nº 6.755, de janeiro de 2009, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração da União

com os estados, Distrito Federal e municípios, a formação inicial e continuada desses profissionais. São princípios dessa Política:

I - a formação docente para todas as etapas da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas;

II - a formação dos profissionais do magistério como compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação, as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presenciais e à distância;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento da escola e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial dos profissionais do magistério;

A Unioeste, em conjunto com as IES públicas do Paraná, passou a fazer parte deste projeto coletivo, em conformidade ao Termo de Adesão, assinado em 28 de maio de 2009, por intermédio da CAPES. Com isso pretende-se aproveitar a capacidade da instituição para ofertar cursos regulares presenciais existentes de

primeira licenciatura, cursos presenciais especiais de segunda licenciatura e cursos especiais de formação pedagógica. A partir deste momento, foram estabelecidas parcerias com a AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, Núcleos regionais de ensino e Secretarias municipais de educação.

Nestes termos, o Parfor visa induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela LDB 9394/96 e contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

Para concorrer à vaga nos cursos ofertados, os professores devem: a) realizar seu cadastro e pré-inscrição na Plataforma Freire; b) estar cadastrado no Educacenso na função Docente ou Tradutor Intérprete de Libras na rede pública de educação básica; e c) ter sua pré-inscrição validada pela Secretaria de educação ou órgão equivalente a que estiver vinculada.

O objetivo do programa é garantir que os professores efetivos e temporários em exercício na rede pública estadual e municipal, obtenham a formação exigida desde que estejam atuando em área distinta da sua formação inicial. Assim como a grande maioria dos professores da educação básica, sobretudo os anos iniciais do ensino fundamental que fazem sua formação/licenciatura em serviço, os professores em formação estão em pleno exercício de sua profissão, ou seja, cumprindo sua carga horária de trabalho, sem afastamento ou licença para formação.

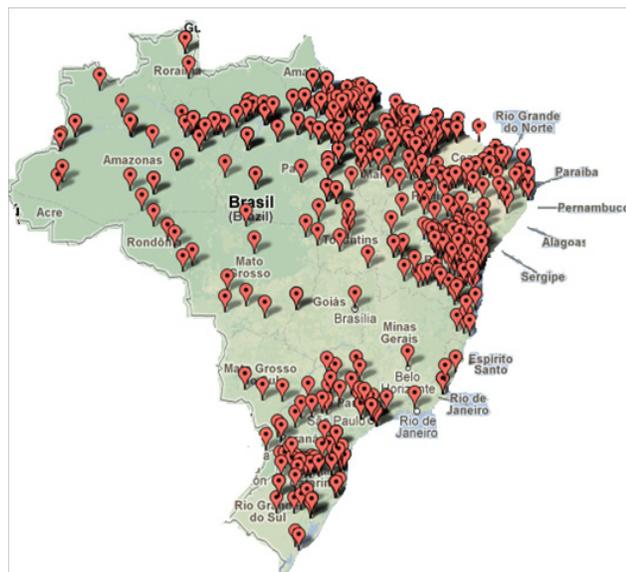
Partimos dos seguintes questionamentos: como os profissionais estão sendo formados? Quais as dificuldades apresentadas? Qual avaliação que os gestores fazem sobre o programa e sobre os cursos que coordenam? Até que ponto essa formação gera para os seus alunos um espaço de reflexão e renovação de suas práticas? O Parfor está suficientemente institucionalizado nas IES a ponto de fomentar o debate sobre a formação de professores?

A partir dessas indagações como indutores da discussão, o presente artigo visa contextualizar o programa no âmbito da UNIOESTE, discutindo as perspectivas e desafios enfrentados para a sua implementação, observando o contexto da conjuntura local e global. Pretende por fim, contribuir para uma reflexão com vistas ao aperfeiçoamento permanente do programa e da educação como um todo.

O PROGRAMA PARFOR

O PARFOR PRESENCIAL é um Programa instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Visa induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuidade de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, a fim de que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, tendo como foco de ação a escola básica pública no País.

Com isso a iniciativa consistia em formar a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica coordenada e supervisionada pelo Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica, instituído pela Portaria MEC no 1.087, de 10 de agosto de 2011, visava articular as ações com a finalidade formular, coordenar e avaliar as ações e programas do Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em diferentes regiões como podemos verificar no quadro que segue:



Fonte: CAPES

O acesso dos docentes à formação requerida será realizado por intermédio da oferta de turmas especiais, por Instituições de Educação Superior – IES, em cursos de: I. Licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar o curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula; II. Segunda licenciatura – para docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial e III. Formação pedagógica – para docentes graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica. O programa é mantido mediante fomento aos cursos ofertados a partir de concessão de recursos financeiros de custeio, com base no número de turmas especiais implantadas e previstas e de bolsas aos professores-formadores, nos termos da previsto na Lei 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e das normas da Capes.

É realizado em regime de colaboração entre a União, por intermédio da Capes, os Estados, o Distrito Federal e os municípios mediante cooperação técnica entre a CAPES e os Estados. A participação dos Estados se efetiva por meio de Acordo de Cooperação Técnica – ACT firmado entre a Capes e a Secretarias de Educação ou órgão equivalente de cada Estado. Este ato de colaboração, previsto pelo decreto, é concretizado por meio de planos estratégicos formulados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Em 2007 a CAPES passou a trabalhar na formação de professores da educação básica, resgatando o ideal de um de seus fundadores, o educador Anísio Teixeira.

No Paraná, o Fórum tem sido um espaço importante no estabelecimento de diretrizes para uma efetiva integração das IES Públicas atuantes no Estado do Paraná, estabelecendo ações conjuntas que tenham como resultante maior efetividade na formação inicial e continuada de Professores, embasadas nas reais necessidades do Estado com ênfase nos Municípios. Trata-se de um esforço na construção conjunta, em médio prazo, de uma política de formação de Professores, inicial e continuada, face às necessidades do sistema público do Estado do Paraná.

São discutidos os cursos propostos pelas IES, os problemas de funcionamento dos cursos, os papéis do Estado, Município e das Instituições de Ensino. Bem como, as estratégias de atuação das

IES dentro do processo. Presidido pelo Secretario de Educação este colegiado é composto por representantes de entidades como UNDIME, ANFOP, APP-SINDICATO. Representantes da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, Conselho Estadual da Educação – CEE/PR, Conselho Municipal de Educação de Curitiba-CME/Curitiba, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Universidade Estadual Centro Oeste – UNICENTRO, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Universidade Federal do Paraná – UFPR e Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR.

Uma das diretrizes do PARFOR consiste em induzir e fomentar a oferta de educação superior gratuita e de qualidade para Professores em exercício na rede pública de educação básica e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País. São ainda ações e estratégias do Parfor conduzir a um processo de formação docente ancorado em bases científicas e técnicas sólidas que auxiliem o País no desenvolvimento de um projeto social, político e ético que leve à constituição de uma nação soberana, democrática, justa e inclusiva; articulação entre educação básica e superior, especialmente entre a pós-graduação, as IES e a escola de educação básica.

Com isso visa estimular o interesse dos docentes forma do resutilizando as vivências e as trocas de experiência e saberes advindos do estreito contato desses formadores com docentes em pleno exercício. No sentido de consolidar esta política, a realização do II Encontro nacional do parfor nos dias 05, 06, 07 de junho de 2013, em Brasília, reafirmou o papel da CAPES no investimento na educação básica. Contando com a presença de pesquisadores de renome na área da educação foi sinalizado que programas especiais exigem formas especiais de formação. Bernadeti Gatti, durante sua exposição chamava atenção de que o Parfor indica a necessidade de romper modelos tradicionais de formação disciplina buscando novas estratégias formação. As IES continuam distantes da educação básica, o programa seria um passo nesta aproximação. Diante disso a flexibilidade de currículos é o primeiro passo. Para tanto foi chamado atenção de dos presentes para que não confundam barateamento,

aligeiramento e precariedade com modalidades diferentes da formação. A tônica do evento foi de que formação especial exige proposta educativa especial.

Conforme tabela a seguir, o programa vem tendo importante adesão em diferentes regiões e estados. Até 2012 participavam 92 Instituições de Educação Superior – IES (34 federais, 26 estaduais, 2 municipais e 30 privadas sem fins lucrativos). A maior demanda pelo curso de Pedagogia, especialmente nas redes municipais. Em todo o país, o Parfor implantou, até 2012, 1.920 turmas, tendo aproximadamente 54.000 professores da educação básica frequentando os cursos em turmas especiais do Parfor, localizados em 397 municípios. Todos os cursos são voltados aos professores efetivos e temporários que atuam em sala de aula nas escolas públicas.

Parfor: matrículas ativas por Estado em 2012	
Estado	%
PA	33,44%
BA	15,46%
AM	11,29%
PI	10,80%
MA	5,48%
AP	2,86%
SP	2,79%
PR (7°)	2,57%
TO	2,52%
RN	2,49%
SC	1,95%
PE	1,76%
RS	1,71%
CE	1,08%
RR	1,05%
MT	1,05%
PB	0,80%
RJ	0,53%
MS	0,24%
DF	0,08%
ES	0,05%

Fonte: CAPES

O programa tem contribuído com a interiorização do acesso à formação superior, na medida em que 85% das turmas estão em municípios onde a formação superior dificilmente poderia chegar, especialmente nos estados da região Nordeste. Aproximadamente 33% dos alunos da Primeira licenciatura atuam no campo. Este fator é destacado como favorável para elevar a qualidade do ensino na educação básica. Diante da necessidade de articular ações locais, foi realizado o *I encontro regional do parfor da UNIOESTE*, em abril de 2013, momento profícuo de troca de experiências entre Coordenadores de curso, Professores formadores e alunos, discutindo a formação docente no Oeste do Paraná e avaliar o programa na instituição.

O evento contou com representante da Secretário Estadual de Educação e da Coordenadora Geral de Formação de Docentes da Educação Básica da CAPES. Buscou-se o estreitamento e a concentração de esforços entre a instituição e gestores escolares e profissionais da educação sobre a importância da formação dos professores das Escolas Públicas na região. Entre os pontos levantados foi à ausência de um Sistema de Informações (SI), que permita o acesso dos gestores a dados e microdados mais precisos, sobre a real situação da formação docente no País.

Em 2103 foram no total 19.956 professores se pré-inscreveram nos cursos ofertados. Essa pré-inscrição estão distribuídas da seguinte forma: 13.678 (68,54%) professores dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins solicitaram vagas em curso de Primeira Licenciatura;

5.553 (28,65%) professores dos estados Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo solicitaram vaga em curso de Segunda Licenciatura; 561 (2,81%) professores dos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo solicitaram vaga em curso de Formação Pedagógica. (CAPES, 2014)

O PARFOR NA UNIOESTE: RELATANDO REALIDADES E DESAFIOS

A oferta dos cursos na UNIOESTE pelo Parfor foi gradativa. Em 2010, inicialmente, seguindo o estabelecido no convenio entre a instituição e a CAPES, foram ofertados o curso de Primeira Licenciatura em pedagogia, no Campus de Foz do Iguaçu, Segunda Licenciatura em Ciências Sociais, Filosofia e Ciências Biológicas. Em 2011 foi ofertado o curso de formação pedagógica. No ano seguinte, passou-se a ofertar a Segunda Licenciatura em História, Matemática e Letras/ espanhol.

Conforme tabela que segue, o total ofertado entre 2010-2013 foi de 600 vagas. Aprevisão de oferta para 2/2014 é de 385 vagas, ampliando a oferta para os cursos já existentes e pedagogia do Campo. Em 2010 e 2011 o processo de inscrição ocorria duas vezes ao ano. A partir de 2012 passou a ser somente uma vez. Entre 2010 a 2013 foram homologadas e convocados 732 alunos, destes 343 foram selecionadas, os demais foram indeferidos em razão de não apresentarem a documentação exigida. Destes somente 286 compareceram para efetivarem a matrícula. Dos alunos que freqüentaram muitos acabavam

abandonando o curso com justificativas as mais diversas, indo desde falta de tempo á ausência de apoio financeiro por parte do Estado. Com isso, a evasão de alunos entre dos primeiros cursos ofertados girou em média de 40%, realidade que se configurava emoutras instituições, especialmente nos cursos de Ciências biológicas, filosofia e ciências sociais. Portanto, não resumiam a um problema localizado em uma IES.

Os cursos ofertados eram planejados de acordo com ademanda de cursos levantada pela SEED e CAPES junto à rede estadual e municipal, quando os professores manifestavam interesse por cursos que desejavam cursar. Geralmente os números não eram precisos, não se confirmaram a expectativa no ato da pré-inscrição. A demanda superestimada indicava a necessidade na informação mais precisa dos dados junto aos Núcleos Regionais de ensino e Secretarias municipais.

Este indicativo demonstrava que o Fórum e as IES analisassem a demanda e verificassem com os municípios se, de fato, a demanda apresentada era real, solicitando que estes municípios divulgassem o calendário, estimulassem seus professores a se pré-inscreverem e especialmente que apoiassem a participação dos professores selecionados. Desde o início do Programa, em 2010, observa-se que as IES investiam tempo e recursos para realizar a oferta, todavia, constatava-se que: a) o número de pré-inscrições era baixo em relação à demanda; b) o número de matrículas era muito abaixo em relação ao número de validados. Tem-se constatado que muitos professores se pré-inscrevem, têm sua pré-inscrição validada, são selecionados pelas IES, mas não aparecem para realizar a matrícula.

Esse quadro tem, inclusive, desestimulado a participação de algumas IES, visto que essas entidades, para realizarem a oferta, têm quemobilizar diversos setores da instituição e muitas vezes não conseguem implantar turmas.

CURSO	ANO	CAMPUS	PRÉ- INSCRITOS	SELECIONADOS
1ª Licenciatura Pedagogia	2010	Foz do Iguaçu	88	40
2ª Licenciatura Biologia	2010	Cascavel	37	18
Formação Pedagógica	2010	Cascavel	42	10
2ª Licenciatura Ciências Sociais	2010	Toledo	11	15
2ª Licenciatura Filosofia	2010	Toledo	7	16
Formação Pedagógica	2011	Cascavel	38	23
2ª Licenciatura Filosofia	2011	Toledo	22	5
2ª Licenciatura Biologia	2011	Cascavel	23	11
2ª Licenciatura Biologia	2012	Cascavel	29	18
2ª Licenciatura Ciências Sociais	2012	Toledo	96	30
2ª Licenciatura Filosofia	2012	Toledo	41	22
Formação Pedagógica	2012	Cascavel	91	40
2ª Licenciatura Filosofia	2013	Toledo	22	5
2ª Licenciatura Biologia	2013	Cascavel	24	24
2ª Licenciatura Matemática	2013	Cascavel	31	3
2ª Licenciatura Letras/Espanhol	2013	Cascavel	42	25
Formação Pedagógica	2013	Cascavel	44	19
História	2013	Marechal Rondon	1	0

Conforme o que estabelece o Manual Operativo do programa, as turmas deverão ser ofertadas com no mínimo 30 alunos. Excepcionalmente, quando esse número não for alcançado será admitida formação de turmas nas áreas de Matemática, Física, Química, Biologia, Música, Informática e Formação Pedagógica com, no mínimo, 15 alunos e nas demais áreas com o mínimo de 25 alunos.

Diante deste critério, muitas turmas acabam não se formando, por não atingirem o número mínimo de pré-inscritos na plataforma Freire, em virtude dos mesmos não terem homologados suas inscrições pela Secretaria estadual de educação ou pelos gestores municipais ou por não apresentarem a documentação exigida pelo edital quando do processo de seleção ou no ato da matrícula. A avaliação e reconhecimento dos cursos ofertados passaram pelos peritos do CEE que muitas vezes apontavam recomendações e adequações aos projetos pedagógicos.

Para fins de reconhecimento dos cursos, eram observados pela comissão de peritosos seguintes itens: Currículo dos Docentes separados por curso; Atos institucionais autorizativos como Resoluções e portarias; Relação Bibliográfica por disciplina, se possível já organizada em bibliografia básica e complementar; Diários de classe, Planos de Ensino; Convênios para a realização de Estágios supervisionados obrigatórios e convênio PARFOR; descrição da infra-estrutura física dos espaços pedagógicos e administrativos por curso além do Estatuto e Regimento da UNIOESTE.

AS FALAS DOS PARFORIANOS

Com a preocupação de refletir a implementação do programa na UNIOESTE, entre 2010 a 2013, pontuamos as dificuldades e os desafios manifestados pelos coordenadores de cursos, professores formadores e pelos alunos, nos Campi localizados nos municípios de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Para tanto, nos valem também das visitas in loco e entrevistas semi-estruturadas.

Destacaremos as condições de realização do programa e sua contribuição para a melhoria da educação básica da região Oeste do Paraná. Ainda que exigindo uma avaliação

permanente, consideramos que tal iniciativa tem subsidiado novas ações e procedimentos nos cursos de graduação e pós-graduação, com avanços qualitativos na formação docente e na relação da universidade com a educação básica.

Dentre as inúmeras críticas dos alunos dos diferentes cursos em relação ao programa, ganha relevo a falta de apoio por parte das escolas para dispensa ou remanejamento das aulas, a fim de poderem cursar a Segunda Licenciatura na forma presencial (principalmente nas sextas-feiras). A falta de subsídio financeiro por parte do Estado para deslocamento, auxílio alimentação e hospedagem dos alunos, também foi unânime.

A saída encontrada pela coordenação dos cursos foi concentrar aulas nas sextas-feiras e aos sábados, ou mesmo nos dias de semana. Ademais, a coordenação expediu documentos às escolas solicitando que dispensassem ou remanejassem os professores das escolas, nas datas em que haveriam aulas. Vale ressaltar que estas duas dificuldades foram justificadas pelos parforistas desistentes, como causas principais do abandono do curso.

No que tange ao projeto pedagógico do curso de Segunda Licenciatura em Filosofia tem se mostrado adequado e bastante atrativo para a formação. Além do Projeto Pedagógico contemplar disciplinas que visam o domínio de conteúdos curriculares pertinentes à uma adequada formação na área de Filosofia e o domínio de metodologias de ensino que permitam uma maior eficácia em situações de ensino-aprendizagem. O Projeto Pedagógico foi destacado na medida em que tem valorizado estudos e pesquisas de natureza teórico-investigativa atinentes à atuação na docência. Ademais, valoriza as experiências anteriores dos professores na disciplina em que atuam, e com isto busca alterar sua prática docente nas escolas e sua participação ativa e crítica na escola e seu entorno.

No curso de Primeira Licenciatura em pedagogia os alunos, em sua maioria professores que atuam nas escolas municipais, argumentaram que têm pouco tempo para leituras das disciplinas, em razão da sobrecarga de trabalho na rede municipal. Justificaram ainda dificuldades de transporte para se deslocarem à universidade, pois residem em municípios que ficam distantes do campus.

Sobre o desempenho do corpo discente, foi destacado pelos coordenadores dos cursos, como sendo muito bom. O empenho e entusiasmo na formação e apreensão de conteúdos curriculares, bem como na sua operacionalização e troca de experiências pedagógicas com os professores e colegas de curso, tem se revelado como um dos pontos mais fortes de seu desempenho.

Durante os dois primeiros semestres do curso, as duas disciplinas de Seminário de Integração, se revelaram um espaço privilegiado para os professores das escolas manifestarem aos colegas e professores universitários reflexões acerca de suas experiências de vida e trajetória como docente de Filosofia. Este aspecto foi enaltecido como um ponto relevante para o desenvolvimento e produção de práticas pedagógicas inovadoras e compartilhadas. Esta experiência foi um ponto alto para a humanização das relações interpessoais, entre alunos e professores.

No âmbito do curso de 2ª Licenciatura em Filosofia, por exemplo a disciplina de Seminário de Integração I – entendendo que a aprendizagem depende da convivência pacífica, do respeito ao outro e do diálogo – estimulou não somente o conhecimento das histórias dos estudantes entre si, como também o autoconhecimento. Para tanto cada estudante produziu inicialmente um esboço e posteriormente um memorial de sua trajetória de vida e aprendizagem, passando pela rememoração e teorização das principais experiências de suas vidas. Os memoriais e suas apresentações permitiram um “encontro de almas” entre as pessoas que dele participaram, houve unanimidade quanto a sua relevância.

Na disciplina de Seminário de integração II os alunos produziram um trabalho final que consistiu na preparação e apresentação, escrita e em sala, de um Módulo (correspondente a um mês de aulas) da disciplina de Filosofia, ministrada hipoteticamente em uma classe do Ensino Médio. O objetivo foi simular a criação de uma experiência filosófica em sala de aula, por meio de uma metodologia específica composta por quatro etapas centrais: sensibilização, problematização, investigação e conceituação. Além disso, a experiência contemplou: a) as coordenadas ou direções metodológicas pressupostas na atividade filosófica: a leitura de textos filosóficos, a presença da

história da filosofia, a pesquisa e a escrita filosóficas; b) o modo pelo qual se dá a dinâmica da atividade filosófica: a criação de conceitos filosóficos. A meta final foi conduzir os estudantes à criação dessa experiência singular, que é a filosofia.

Os cursistas são assíduos nas aulas (mesmo encontrando dificuldades para remanejamento de aulas, locomoção e hospedagem), cumprindo com as atividades propostas, e demonstram preocupação em aproveitar as experiências fornecidas pelo curso no que diz respeito não somente ao conteúdo específico das disciplinas como também à dimensão pedagógica, transferindo-as para suas práticas docentes nas escolas em que atuam.

No que diz respeito às sugestões dos coordenadores, apontaram a necessidade de um efetivo empenho da Capes e do fórum Estadual, no sentido de viabilizar a dispensa dos professores de suas atividades nas escolas, nos períodos em que necessitam estar presente no curso de Segunda Licenciatura, visando a diminuição da evasão e a possibilidade de concessão de auxílio às despesas de locomoção, hospedagem e alimentação, visando a diminuição da evasão.

Outra sugestão destacada pelos alunos parfor foi a disponibilização de programas e softwares pedagógicos das disciplinas, a serem repassados aos alunos, para que façam uso destas novas tecnologias (tais como Ipod, Ipad, Netbooks, Smartphones, aparelho Multimídia, etc.) nas escolas em que estão atuando, visando maior desempenho nas atividades docentes.

No curso de Primeira Licenciatura em pedagogia, os alunos manifestaram que têm pouco tempo para leituras das disciplinas. Muitos têm dificuldade de transporte para chegar até a Universidade, pois residem em municípios que ficam a 30, 40 quilômetros.

A dificuldade dos professores em manusear o mecanismo de inscrição e lidar com a Plataforma Freire na inscrição dos candidatos também foi apontada como um fator de dificuldade. Como superação, sugerem que poderia ser complementada pelos interessados nas regionais das Secretarias Estaduais de Educação.

Alunos e professores destacaram que a falta de divulgação intensa do programa Parfor em rede nacional nos meios de

comunicação, sobretudo nas emissoras de televisão e em horário nobre aparece como um fator limitador de divulgação e mobilização dos professores na procura dos cursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que pontuamos o Parfor vem se colocando como uma ação importante na valorização da formação do professor contribuindo uma aproximação entre a universidade e a educação básica. A valorização do profissional da escola pública também se coloca como relevante neste contexto. Tais aspectos não podem ser ignorados pelos gestores, professores formadores e pela universidade.

Entendemos que o Parfor está alinhado com as expectativas de setores da sociedade brasileira que compreendem a educação como alavanca para o desenvolvimento econômico. Porém, assim como todo programa ainda vigente, é preciso aguardar certo tempo para avaliar seu efetivo resultado do programa. Entretanto urge fazer algumas correções no sentido de sanar algumas contradições.

Por outro lado não podemos atribuir ao PARFOR a responsabilidade de corrigir as lacunas da formação inicial dos alunos, acumuladas durante anos. As condições de formação ainda não são as mais adequadas diante das dificuldades apresentadas, especialmente em relação a formação em serviço bem como em relação as condições materiais de se manterem e de freqüentarem o curso. Coordenar os cursos e o programa tem sido um grande desafio, em consolidar como programa de Estado e não de governo.

Assim a troca de experiências pedagógicas com os professores e colegas de curso, tem se revelado como um dos pontos mais fortes de seu desempenho. A evasão ainda continua sendo um ponto que chama atenção no programa. O sistema de bolsa por parte do professor formador tem sido um elemento atrativo o que valoriza a presença em sala, aspecto sempre reivindicado pelo conjunto da categoria atraindo professores de diferentes áreas.

Nesta direção a presença dos professores formadores que ministram aulas nos cursos de graduação e na Pós-graduação em nível de Mestrado, Biológicas e desenvolvem atividades

de Ensino, Pesquisa e Extensão, além de orientar acadêmicos em suas atividades de Iniciação científica, monitorias, projetos de extensão, de Pesquisa aspecto considerado como relevante. Assim a universidade como *locus* de formação do professores da educação básica da rede pública de ensino é um avanço. A abertura do PARFOR aos professores temporários também significou uma conquista que não pode ser desprezada.

Por fim, apesar os limites levantados e a necessidade de fazermos uma avaliação permanente consideramos que embora as condições não sejam as mais ideais, a institucionalização nas IES do programa Parfor é uma realidade, ao fomentar o debate sobre a formação de professores. Tal iniciativa tem subsidiado novas ações e procedimentos nos cursos de graduação e pós-graduação, com avanços qualitativos na formação docente e na relação da universidade com a educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

BRASIL Lei Nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

BRASIL Resolução CNE nº 02 de 26 de junho de 1997, que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

BRASIL Parecer CNE/CP nº 08/2008, Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior.

DUARTE, Newton. DELLA FONTE, Sandra Soares. **Arte, conhecimento e paixão na formação humana**. Campinas-SP: Autores Associados, 2010.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4ª ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. Cartas a quem ousa ensinar. 19ª ed. São Paulo-SP: Olho d'água, 2008.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 40ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

NÓVOA, Antonio. (coord). **Os professores e sua formação**. Lisboa-Portugal, Dom Quixote, 1997.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação**. 2ª edição ed.Vozes Petrópolis Rj, 1998

SEVERINO, Antônio Joaquim. In: LIMA, Maria Socorro L. **Dialogando com a escola**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.) Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999. **XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012**

Data de submissão: janeiro de 2016

Data de aceite: março de 2016